

a lato problemas, um deputado apresentou problemas, e, precisava ser reparado, com os ônibus em andamento. Disse que de qualquer forma a CEDAE continha novas rotas os mil litros de água por segundo, em sua capacidade máxima de fornecimento. Falou também das providências práticas a serem adotadas para que a CEDAE tomasse posse das comportas legalmente, ou, a SERÁ. Falou de haveria a ser continuada, a ser realizada em Silva Jardim, aduzindo que qualquer desvio sobre o uso da bageira farto que tirar o beneficiário dos serviços Municipais atendidos pelo sistema fornecedor. E requereu o Dr. Jefferson Palhojo perquirido pelos Vereadores sobre os problemas de abastecimento de água no Município. Encerrando o Sessão o Presidente disse não haver condições de aumentar um milhão de mil litros por segundo o abastecimento e, o Município seria atendido através de manobras e barcos pipas. Esclareceu, finalizando, sobre a necessidade de de novo movimentos para o abastecimento de água para o Rio. E sequegindo agradou a atenção de todos e encerrou sua entrevista. Organizando ao vereador Jefferson Palhojo da Silva (paquim) pela presença em atendimento à Câmara Municipal, e não havendo mais assunto, e assim tratado, o Senhor Presidente encerrou a presente Sessão em nome de Deus e para constar, mandou que se lautasse a presente Ata, que depois de lida, submetida a apreciação Plenária, aprovada, será encaminhada para que produza seus efeitos legais.

*Ata da 3ª reunião Sessão Plenária
Vidinário do Deputado Dr. João Borges
Linha do Rio da Cidade Municipal de Cabo Frio, realizada no dia 09 de novembro do ano de 1993.*

Às dezessete horas do dia 09 de novembro do ano de 1993, sob a presidência do Vereador Dr. João da Rocha Mendes, e com a

capacidade do Poder Executivo pelo Senador Décio Freire da Silva, reuniu-se ordinariamente a Câmara Municipal de Caxias. Neste dia, reabordaram a chamada regimental os seguintes Senadores: Agenor Silva do Rio, Chico, Adalton Pinto de Andrade, Augusto Braga de Figueiredo, Aluízio Lôbo da Costa Barreto, Antônio Paroá de Carvalho Jundiaí, Antônio Paroá Ferreira da Cunha, Eduardo Corrêa Maia, Emanoel Freire de Araújo, Frei Oscar Blaz, Iacquim Schucht, Leônidas Antônio de Belo Horizonte, Mário da Silva Freira, Omar Sampaio do Sul, Silas Rodrigues Pinto e Carlos Roberto Soárez dos Santos. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a presente Sessão em nome de Deus. A seguir foi lida e aprovada ata da Sessão Ordinária do Segundo Período Legislativo. Após o cumprimento do rito regimental o Senhor Presidente votou ao Senhor Poder Executivo a leitura do Expediente que constava do seguinte: Projeto de Resolução nº 049/93, de autoria do Senador Leônidas Antônio de Belo Horizonte, assunto: Conselho de Utilidade Pública Municipal Encarregado dos Apresentados e Encarregados da Pátria de Caxias. Examinado a leitura do Expediente, e não havendo oitavos inscritos para o uso da Tribuna, o Senhor Presidente transferiu os trabalhos ao regimento dedicado a Voto de Dia. Desta etapa foi apurado o seguinte matina: encaminhado a Comissão de Constituição e Justiça o Projeto de Resolução nº 049/93. Examinado a Voto de Dia, o Senhor Presidente franqueou a tribuna para leitura do Projeto. Depois a tribuna em Explicativo Fiscal o Senador Omar Sampaio do Sul, do PDT falando inicialmente que na condição de Presidente da Comissão de Finanças, o Regimento recebeu uma remessa corretiva que tratava do Orçamento para o ano de 1994. Proseguindo, disse que o acordo com o Regimento estabelecia que as atas fossem apresentadas de forma eletrônica através dos Senadores. Adiante, disse que não sendo apresentadas essas atas dentro do prazo regimental, elaboraria Parecer, tendo relatado o prazo que se via encaminhado a Comissão. Falou a seguir ter observado que alguns Senadores reclamavam por não haverem recebido cópia do Documento de 1994, assim, ressaltou que não havia impresso em forma alguma a base, supostamente aproveitando-se de prazo regimental. Disse entender que o Documento é a lei mais importante e assim devia ser analisado com real interesse público e de tal forma iluminava a possibilidade da tribuna ser entornada, caso os Senadores desejarem encaminhar emendas. Opinou que podia existir por problema, não ter sua culpa, mas pela falta de alguns Senadores não haverem recebido cópias da lei de 1994. Com relação ao

M

Impres de ônibus, disse que quando assumira a Secretaria Municipal de Obras procurara a questão, e, que em 1º de janeiro do ano, o Prefeito assinaria Decreto revogando o reajuste automático dos tarifas, anulado no DETRO, disse que mesmo de forma prisional, sem estatuto, um corpo técnico capaz de elaborar planilhas, conseguira reduzir o custo do transporte coletivo no Município. Disse que os tarifas de Jardim Esperança, Piró, Jardim Peró, Grací, que atualmente eram de noventa, oito cruzamentos para qualquia e oito cruzamentos, assim a população fazia bissexta, pelo que entendia que o sistema devia ser aperturado de forma consistente buscando uma econumividade saudável e uma prestadora do serviço de transporte coletivo. Adianto disse que fora conseguido outro avanço, agora em linha do DETRO intermunicipal, demandando a Jardim Esperança neste a Prefeitura ter delimitado tanto para a linha de regulamento pelo Município, como já relatado. Proseguindo, disse que com relação a outras linhas intermunicipais, demandando as localidades próximas considerava um absurdo a tarifa de noventa e dois cruzamentos, ali forma que englobava a Câmara para que tais tarifas pudesse ter um preço compatível com a realidade do povo, fazendo com que o DETRO fosse sensibilizado com a questão que popa ao Município, no que encerrou sua fala. A seguir, ocupou a Tribuna o Vereador Silas Rodrigues Bento, relatando que no rebaixamento anterior, realizada na Câmara plenária, em 228. Proseguindo, obteve ao Senhor Presidente, que deu nome a este deputado municipal, audições com as autoridades que se realizavam na Câmara, com o princípio de autoridade, os representantes do Congresso Nacional, do povo no Plenário, porque no oportunidade do seu ingresso no Poder, com expresso o número de participantes, só quer haver conhecimento de servir aquela, sendo obrigado também a comprar papel higiénico, não indo pra presidente. Falou que também, o sistema de telefonia não funcionava, e que lhe causava também constrangimento e desconforto o que poderia vir envolvido. Disse que o quadro de funcionários devinha ser preservado, pois muitos funcionários eram competentes, trabalhavam, mas, outros, tinham espírito parcial e assim, na qualidade de Vereador não podia aceitar tal situação, o que considerava um desrespeito a sua condição de Vereador. Disse que constatava no quadro funcional da Câmara, em alguns funcionários, uma política parcial e que não podia mais ocorrer. Adianto, disse que colocava na Câmara vinte libras de café da Comunidade Evangélica, e, também, o represen-

tante do Pernambuco e o povo, e que mereciam o respeito da Câmara, no que incumbe sua fala. A seguir, ouviu a Tribuna em Explicação Plenária, o Vereador Alfredo Teixeira Soárez Barreto, de PT, falando igualmente que a Prefeitura não respondia corretamente ao requerimento de sua autoria, de nº 154/93, dispondo sobre informações quanto a compra de máquinas rodoviárias, ele tinha planejado e comissionado por parte da Prefeitura. Disse que o referido não respondera quanto aos procedimentos legais, e embora requeresse contatos a Administração, alegava que um novo requerimento devia ser impugnado, o que se reusava. Proseguindo, disse que nem só a intermediária da Brasilimóveis também o opôs de todo o caso, para que a Prefeitura cumprisse o de responder sobre integral ao seu requerimento, visto ser importante, fundamental que a Câmara tivesse cópia das Procuras Municipais para isso. Com relação ao Requerimento nº 291/93, dispondo sobre informações quanto a sistema de transporte coletivo do Município e a Empresa Auto Viação Colinense em novos ônibus, disse que apenas três haviam sido respondidos e apenas um na integral. Disse que a Câmara não podia opinar corretamente sobre tarifas de transporte coletivo no Município sem documentos específicos, não adiantando que representantes do Governo, ou Lider da Bancada afirmaram que as tarifas eram mais baratas que um ou outro Município, informando o orador que o seu parâmetro para tarifas não era São Pedro da Aldeia. Disse se mais do que necessário saber quanto custava uma viagem de ônibus para determinado local ou Bairro em horário frio, e outros, condicionantes técnicas. Proseguindo, disse que a Prefeitura não afirmava se tinha ou não tais documentos, enfatizando o orador que deixava uma afirmação da Prefeitura, quanto as informações, e restituía opção à Câmara para que mais uma vez a Prefeitura atendesse a sua fala e requeira que no dia 22 de outubro, houvesse uma reunião às dez horas da manhã, no Fazendo Campos Novos, pelo que convocava a todos os Vereadores, visto os Juizantes do Bairro São Lourenço terem sido informados que seriam deslocados no domingo vindouro para o Mercado Sebastião Dan. Disse que não desvia a mira da discussão, mas os Juizantes afirmavam que não haviam sido avisados, que a mudança viria a horário de expediente. Considerou a reunião importante, visto haver um movimento dos Juizantes, voltando a mudança para o Mercado Sebastião Dan, cujo local pediria melhor uma concorrência ali, utilizando visto o Super Mercado ABC na proximidade, e assim encerrou sua fala. A seguir, ouviu a Tribuna em Explicação Plenária, o Vereador

Pm

Antônio da Silva Lúcio, que abordando inicialmente a questão do transbordo da Fazenda São Francisco para o Mercado Sebastião Jun, afirmou que os que se negavam a mudança era uma minoria de feirantes, e, que não eram levados sim mas sim, ferreiros de São Gonçalo, e outros que vendiam mercadorias do Parque. Disse que segundo informações de um fiscal da feira, apenas sete por cento dos que exerciam atividades na feira de São Francisco eram da Zona rural de Cabo Frio, e que a maior parte era oriunda de outros municípios. Afirmou que o Mercado Sebastião Jun, onde haviam sido investidas grandes somas de dinheiro público não ter demolido, e, assim, entendia que aquele patrimônio do povo devia ser usado finalidade para a qual feira construída. Disse pela realização de uma pesquisa entre os interessados para que a Prefeitura pudesse ter um direcionamento quanto a questão, e que na quarta-feira estava no Fazendo Lampas para participando da reunião. Adianta, dizendo-se a Presidente disse que o Comarca estava de parabéns pelo quadro de funcionário, que viviam aos ferreiros, aduzindo que o Ferreiro exercia atividades por quatro anos, e voltava ou não a Comarca, dependendo do pagamento das vidas, não admindo que os funcionários fizessem actividades como irresponsáveis, na medida em que viviam ao lado de aglomerações e não a ferreiros isoladamente. Adianta, com relação a críticas formuladas por Ferreiros ao quadro funcional da Comarca, disse que no ótimo em que o referido Ferreiro solutamente o Presidente da Comarca, para melhor servir por seu ingresso em agremiação partidária, não constava solicitação de funcionários para vivarem ácio ou calejinho. Disse ainda, que no topo tinha ao lado do Ferreiro realizar a festa ou outro qualquer tipo de agradecimento presente, no que encerrou sua fala. O reitor, auxiliado a tribuna em representação fiscal, o Senador Pavlos Roberto Nogueira dos Santos, falou de igualmente que o Ferreiro que o entendesse tinha razão quanto a questão da mudança da Fazenda São Francisco, sendo por dimais conveniente que a Secretaria Municipal de Agricultura fizesse uma pesquisa com relação ao fato. Lembrar que quando do inicio da construção do Mercado Sebastião Jun, no Governo anterior, o então Secretário de Agricultura afirmava que a obra não estava sendo encarada com dinheiro público, e sim com o dinheiro fruto da extorsão a sempre zônios que haviam contribuído desse forma para a construção do dito Mercado Sebastião Jun. Adianta disse que o espaço, a exemplo de outros Ferreiros lutava contra a construção naquela local, ou seja, não viam contra a obra,

ma, em contra a opção escolhida, visto a proximidade com o Super Mercado, que podia impor até artificialmente preços mais baixos, durante longos períodos e que totalmente acomodaria a estrutura do produtor rural em Cabo Frio. Isso quando disse ser fato que os mercadores da Boa Vista eram quem a mudança do Feira Livre, e que a maior parte dos feirantes também desejava a mudança. Quanto ao local ideal, eliseu que sempre entendera ser o árvores rodoviário em frente a Volkswagen, com espaço livre e, atendendo grande parte da Comunidade, mas, foram soluções que devem ser discutidas com todos os interessados. Foi o importante a presença dos Deputados no encontro marcado para o dia vinte e cinco de junho, da mesma forma que era importante o diálogo e que todos fossem beneficiados, no que encerrou sua fala. Sada mais havendo o falar, o Senhor Presidente encerrou o presente reunião em nome de Deus Bô, para encantar, montar que se levantou a presente Ata, que depois de lida, submetida a Apreciação Plenária, aprovada, foi assinada por todos que produziram seus efeitos legais.

Ata da Vigesima Sessão Plenária Ordinária do Encontro Pleno Templo
União da Câmara Municipal de Cabo Frio, realizada no dia 25 de novem-
bro de 1993

Ao dispositivo heros do dia 25 de novembro do ano de mil novecentos e noventa e três (1993) sob a presidência do Expeditor Oficial da Chancelaria e com a auspicio da Grêmio Plenária pelo Senador Antônio Ferreira da Silva, reuniu-se ordinariamente a Câmara Municipal de Cabo Frio. Nesse encontro responderam a chamado regimental os seguintes, Senadores: Auro Silveira da Rocha, Adalton Lobo de Andrade, Auro Braga da Góis, Alfredo Ray,